



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

PARECER: 252/2016–ML

ASSUNTO: AUDITORIA DE REGULARIDADE

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 21.542/2014

EMENTA: AUDITORIA DE REGULARIDADE. SEF/DF. PAGAMENTOS A INATIVOS E PENSIONISTAS. DECISÃO Nº 77/2007. CUMPRIMENTO DE DECISÕES DO **TRIBUNAL**. CONCESSÃO DE ABONO PERMANÊNCIA. CONVERSÃO EM PECÚNIA DE LICENÇA-PRÊMIO. ACUMULAÇÃO DE CARGOS. DETERMINAÇÕES. RECOMENDAÇÕES. DECISÃO Nº 554/2015. REMESSA DO RELATÓRIO À JURISDICIONADA E SEGAD, NA FORMA DO ART. 41, § 2º, DA LC Nº 1/1994. **ATENDIMENTO PARCIAL** DAS SUGESTÕES CONTIDAS NO RELATÓRIO DE AUDITORIA. DILIGÊNCIAS. TETO REMUNERATÓRIO. APLICAÇÃO AOS CÁLCULOS DA CONVERSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO EM PECÚNIA. DECISÃO Nº 3.520/2015. PEDIDOS DE REEXAME. CONHECIMENTO. DECISÕES Nºs 5.459/2015 E 5.938/2015. ANÁLISE DO MÉRITO EM AUTOS PRÓPRIOS. PROCESSO Nº 1.433/2015-*e*. **CUMPRIMENTO PARCIAL** DAS DEMAIS DILIGÊNCIAS. UNIDADE TÉCNICA SUGERE DETERMINAÇÕES E REITERAÇÃO. **AQUIESCÊNCIA DO MPC/DF.**

1. Trata o presente feito da auditoria de regularidade constante do Plano Geral de Ação desta c. **Corte de Contas** para o exercício de 2014, aprovado nos termos da r. Decisão Administrativa nº 63/2013, nos autos do Processo nº 35.964/2013, realizada pela Divisão de Fiscalização de Pessoal.

2. A referida auditoria consistiu na **verificação da regularidade dos proventos de aposentadorias e estipêndios pensionais** da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal – SEF/DF e, ainda, o cumprimento de determinações plenárias em concessões consideradas ilegais, bem como das legais, com correção posterior.

3. O objetivo era **averiguar a regularidade** dos pagamentos de pessoal dos servidores inativos e pensionistas, dos valores recebidos a título de aposentadorias, proventos, estipêndios de pensão e demais benefícios, assim como analisar o cumprimento das rr. Decisões proferidas pelo e. **Tribunal**. Os resultados apurados no trabalho de campo foram noticiados no Relatório de Auditoria nº 8/2014 (fls. 93/126), a partir das análises e evidências decorrentes do levantamento procedido vinculadas às questões elaboradas para a consecução da auditoria, a saber:



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

“QA1: A SEF tem cumprido as determinações do e. Plenário nos casos das concessões julgadas ‘legais com recomendação posterior’ e nos casos das concessões julgadas ‘ilegais’?”

QA2: Os aspectos financeiros das concessões de aposentadorias e pensões, apreciadas à luz do item I da Decisão nº 77/2007 (Processo nº 24.185/07), encontram-se regulares?

QA3: Estão corretos os procedimentos adotados pela Secretaria de Fazenda do DF para o pagamento em pecúnia de períodos de licenças-prêmio adquiridos e não usufruídos ou computados para fins de concessão de abono de permanência ou aposentadoria?

QA4: Os pagamentos de parcelas remuneratórias a servidores ativos, inativos e pensionistas estão sendo realizados em conformidade com a legislação vigente?” (Fl. 100).

4. Após exame de sua alçada no aludido Relatório de Auditoria nº 8/2014, a Unidade Técnica sugeriu ao e. **TCDF**:

“I. tomar conhecimento do presente relatório de auditoria e dos documentos juntados aos autos às fls. 05/92;

II. tomar conhecimento também das providências adotadas para atendimento da Decisão nº 1536/2013, proferida no Processo nº 8030/2009, que tratou de auditoria anterior na SEF, nos seguintes moldes:

a) do deslinde favorável aos respectivos interessados das seguintes ações judiciais:

a.1) Mandado de Segurança nº 2003.00.2.007536-3, de Silmar Batista Lacerda, que restabeleceu a forma de pagamento da parcela de 84,32% nos moldes anteriores (item II.1);

a.2) Ação de Anulação de Ato Administrativo nº 2011.01.1.171909-0, de Antonio Carlos Dias de Almeida, que determinou a cessação dos descontos relativos ao recebido indevidamente a título de quintos/décimos, bem como a devolução ao interessado do que já fora descontado (item II.2);

a.3) Mandado de Segurança nº 2010.01.1.190870-5, de Delma Guedes Ferreira, que dispensou o ressarcimento do recebido pelo pagamento a maior dos anuênios (item II.3);

b) da edição do Decreto nº 35.565/2014, que aprovou o novo regimento interno da Secretaria de Estado da Fazenda (item III);

c) da conformidade apurada em relação ao ajuste das vantagens incorporadas pelos servidores da SEF ao estabelecido pelas Decisões nº 5927/2006, proferida no Processo nº 2535/2004, com o esclarecimento dado pela Decisão nº 2204/2007, adotada no Processo nº 36133/2005 (empregos em comissão exercidos na Administração Indireta do Distrito Federal) e Decisão nº 4223/2006, proferida no Processo nº 7679/2005, com a recomendação disposta pela Decisão nº 3727/2007 (cargos exercidos na área federal) (item IV).

III. ter por cumpridas as Decisões TCDF constantes do Quadro I deste relatório, à exceção da referente à Dionísio Tavares da Câmara;

IV. ter por regulares:



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

- a) *os aspectos financeiros das concessões consideradas legais, para fins de registro, apreciadas à luz da Decisão TCDF nº 77/2007, constantes do Quadro II, à exceção de Hélida Lozi Ferreira, matr. 252220, Humberto Montania Netto, matr. 463078, e Magna Maria dos Santos de Medeiros, matr. 310107, por apresentarem impropriedade no pagamento da parcela de ATS;*
- b) *os procedimentos de conversão em pecúnia de LPA dos servidores da jurisdição, constantes do Quadro IV, ressalvados os pagamentos excedentes ao teto remuneratório citados no Quadro V;*

V. determinar à Secretaria de Estado de Fazenda que adote, no prazo de 30 (trinta) dias, as providências a seguir relacionadas, encaminhando ao Tribunal, e aos respectivos processos de concessão, a documentação que comprove as medidas implementadas:

- a) *regularize o pagamento da parcela de ATS em relação aos servidores aposentados Hélida Lozi Ferreira, matr. 252220, Humberto Montania Netto, matr. 463078, e Magna Maria dos Santos de Medeiros, matr. 310107, atentando para a correta condição de cálculo no SIGRH;*
- b) *efetue o levantamento dos pagamentos de LPA em pecúnia que não observaram, na base de cálculo para apuração do valor devido, o teto remuneratório distrital vigente à época da conversão, verificando a existência de outros casos semelhantes, além dos dispostos no Quadro V (servidores Adelcio Pereira Caldas, 46.219-5, Antonia do Prado Bezerra Brandão, 25.231-X, Clovis Emilio Costa Nogueira, 110.535-3, Danilo Alves, 24.453-8, Genilda Fontenelle Rodrigues, 25.218-2, Geraldo Eudoxio Candido de Lima, 23.112-6 e Hilda Sanches de Sena, 24.460-0). Na apuração para fins de ressarcimento ao erário, devem ser observados o disposto no artigo 119 da LC nº 840/2011, os princípios do contraditório e da ampla defesa, bem assim a incidência da prescrição quinquenal;*
- c) *verifique a regularidade do pagamento constante da parcela de ATS no SIGRH, condição de cálculo zero (0), em relação aos servidores Ageu Ferreira de Oliveira, matr. 00213829 (exercícios de 2011, 2012 e 2013) e João Wagner de Freitas Quaresma, matr. 00463515 (exercícios 2011 a 2014);*
- d) *deduza os valores já descontados no período de dezembro de 2003 a fevereiro de 2007, no total de R\$ 20.903,95, do montante apurado para fins de ressarcimento ao erário, em razão do pagamento de proventos ao servidor Roldão Alves dos Reis (Processo nº 055.022322/1999-GDF), na proporção de 35/35 em vez de 30/35 avos, conforme determinado no item II.4, 'b', da Decisão nº 1536/2013; e,*

VI. determinar, ainda, à Secretaria de Estado de Fazenda que:

- a) *atente para as rotinas de verificação da folha de pagamento disciplinadas pela SEAP, por meio do art. 1º da Portaria nº 32, de 3/5/2011, de modo a evitar pagamentos incorretos, a exemplo do ATS;*
- b) *observe o teto remuneratório vigente na base de cálculo utilizada na apuração dos valores a serem pagos a título de conversão em pecúnia de LPA;*
e
- c) *acompanhe o deslinde da ADI 2012.00.2.023636-5 ajuizada no TJDF e adeque, após o trânsito em julgado da ação, os valores das parcelas de décimos*



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

(VPNI – Lei nº 4.584/2011) dos servidores relacionados no Quadro III deste relatório, bem como das situações análogas;

VII. em relação aos servidores Antonia Iraide Alves Bizerra, Antonio Lacerda Azevedo, Carlos Resende Pinto, Roberto Magno de Matos, Aldenora Ferreira da Costa, Maria Betania Mota Pinto, Nazare Torres de Almeida Pinto e Nizeth Barreira Lustosa, autorizar o acompanhamento do Processo nº 2009.01.1.082.735-9, que versa sobre parcela de URP de fevereiro de 89, em futura auditoria;

VIII. dar conhecimento à Secretaria de Estado de Administração Pública do DF – SEAP, na função de órgão gestor de pessoal do GDF (art. 15 do Decreto nº 21.170, de 05/05/00, c/c art. 27 do Decreto nº 32.716, de 1º/01/11), da existência de servidores inativos no SIGRH, empresa 990 (IPREV), percebendo parcela constante de ATS, condição de cálculo zero(0), conforme abaixo relacionados, para enviar gestões junto aos órgãos envolvidos para exame da regularidade e correções pertinentes, dando ciência ao Tribunal, no prazo de 30(trinta) dias, do desfecho das providências adotadas.

UA	MATR	SERVIDOR
001	00256625	RITA ANTONIA DOS SANTOS SOUZA
006	0023026x	NAZARETH CARNEIRO
008	00999458	AMERICO EUSTAQUIO CORREA DE PAULA
013	00046922	APARECIDA AZEVEDO SCANDIUCCI
016	00018708	LEILA ALMEIDA DA COSTA FERNANDES
	00391255	ANTONIO DE SOUZA FILHO
	00391271	MARIA ESMERALDINA MARCOS
046	01028138	SUELI APARECIDA MARTINS
	01030310	JOSE DE PAIVA GALVAO
	01033913	JOAO RODRIGUES DOS SANTOS
	01034766	SONIA FORTES DO PRADO

IX. autorizar a:

- a) SEFIPE a verificar, em roteiro de futura auditoria, o desfecho da matéria tratada no item II da Decisão nº 3459/13; e,*
- b) remessa de cópia do Relatório de Auditoria à Secretaria de Estado de Fazenda do DF, para subsidiar a adoção de providências quanto às falhas e impropriedades verificadas. ” (Fls. 122/126).*

5. Ouvido, o **Parquet** emitiu o Parecer nº 77/2015-ML (fls. 130/141), **convergindo parcialmente** com o Corpo Técnico.

6. A e. **Corte de Contas** após apreciação do Relatório de Auditoria e da manifestação Ministerial, exarou o r. **Decisum** nº 554/2015 (fl. 163), **in verbis**:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) do Relatório de Auditoria n.º 08/14, da Secretaria de Fiscalização de Pessoal do TCDF (fls. 93/127); b) do Parecer n.º 77/15 - ML (fls. 130/141); II – determinar: a) com fulcro no art. 1º, § 1º, da Resolução n.º 271/14, c/c o art. 41, § 2º, da Lei Complementar n.º 01/94, a remessa de cópia dos documentos de fls. 93/127 e 130/141 aos titulares da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal e da



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal, para conhecimento e manifestação, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre as questões, os achados e as propostas de correção ou de melhorias neles contidas, fazendo constar, em caso de discordância, seus argumentos e eventual documentação comprobatória; b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal, para os devidos fins.” (Grifos acrescidos).

7. Mediante manifestação dos dois órgãos, a SEF/DF, por intermédio do Ofício nº 252/2015 – GAB/SEF, acompanhado dos documentos às fls. 167/274 e a então SEGAD/DF, por meio do Ofício nº 573/2015 – GAB/SEGAD (fl. 275), acompanhado dos documentos constantes às fls. 276/435, constatado o atendimento parcial do r. **Decisum**, a e. **Corte de Contas**, nos termos da r. Decisão nº 3.520/2015 (fls. 478/479), após oitiva da Unidade Técnica (fls. 443/452) e do **MPC/DF** (fls. 455/466), assim deliberou:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento dos OFÍCIOS nºs 252/2015-GAB/SEF e anexos, fls. 166/274, e 573/2015-GAB/SEGAD e anexos, fls. 275/435, apresentados em atendimento à Decisão nº 554/15; II – considerar satisfatórias as providências adotadas em relação: a) aos itens ‘V.a’, ‘V.c’, ‘VI.a’, ‘VI.c’ e VIII do Relatório de Auditoria nº 08/2014, fls. 122/126; b) ao item ‘V.d’ do Relatório de Auditoria nº 08/2014, fls. 122/126, devendo a jurisdicionada promover, se já não o fez, a devolução ao servidor Roldão Alves dos Reis dos valores ressarcidos a maior; III – tomar conhecimento também das providências adotadas para atendimento da Decisão nº 1536/2013, proferida no Processo nº 8030/2009, que tratou de auditoria anterior na SEF, nos seguintes moldes: a) do deslinde favorável aos respectivos interessados das seguintes ações judiciais: a.1) Mandado de Segurança nº 2003.00.2.007536-3, de Silmar Batista Lacerda, que restabeleceu a forma de pagamento da parcela de 84,32% nos moldes anteriores (item II.1); a.2) Ação de Anulação de Ato Administrativo nº 2011.01.1.171909-0, de Antonio Carlos Dias de Almeida, que determinou a cessação dos descontos relativos ao recebido indevidamente a título de quintos/décimos, bem como a devolução ao interessado do que já fora descontado (item II.2); a.3) Mandado de Segurança nº 2010.01.1.190870-5, de Delma Guedes Ferreira, que dispensou o ressarcimento do recebido pelo pagamento a maior dos anuênios (item II.3); b) da edição do Decreto nº 35.565/2014, que aprovou o novo regimento interno da Secretaria de Estado da Fazenda (item III); c) da conformidade apurada em relação ao ajuste das vantagens incorporadas pelos servidores da SEF ao estabelecido pelas Decisões nºs 5927/2006, proferida no Processo nº 2535/2004, com o esclarecimento dado pela Decisão nº 2204/2007, adotada no Processo nº 36133/2005 (empregos em comissão exercidos na Administração Indireta do Distrito Federal) e Decisão nº 4223/2006, proferida no Processo nº 7679/2005, com a recomendação disposta pela Decisão nº 3727/2007 (cargos exercidos na área federal) (item IV); IV – ter por cumpridas as Decisões TCDF constantes do Quadro I do citado relatório, à exceção da referente a Dionísio Tavares da Câmara; V – ter por regulares: a) os aspectos financeiros das concessões consideradas legais, para fins de registro, apreciadas à luz da Decisão TCDF nº 77/2007, constantes do Quadro II, à exceção de Hélida Lozi Ferreira, matr. 252220, Humberto Montania Netto, matr. 463078, e Magna Maria dos Santos de Medeiros, matr. 310107, por apresentarem impropriedade no pagamento da parcela de ATS; b)



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

os procedimentos de conversão em pecúnia de LPA dos servidores da jurisdição, constantes do Quadro IV, ressalvados os pagamentos excedentes ao teto remuneratório citados no Quadro V; VI – determinar à SEF/DF que observe o teto remuneratório vigente na base de cálculo utilizada na apuração dos valores a serem pagos a título de conversão de Licença Prêmio em Pecúnia – LPA; VII – determinar à SEF/DF que, no prazo de 60 (sessenta) dias, no tocante ao levantamento de pagamentos de Licença-Prêmio em Pecúnia – LPA, realizado em atenção ao item ‘V.b’ do Relatório de Auditoria nº 08/2014, fls. 173 e 174, promova o ressarcimento ao erário dos valores que tiveram por base de cálculo remuneração acima do teto remuneratório, com observância do disposto no art. 119 da LC nº 840/11, dos princípios do contraditório e da ampla defesa, bem como da incidência da prescrição quinquenal; VIII – determinar à Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal – SEGAD, na função de órgão gestor do GDF (art. 15 do Decreto nº 21.170, de 05/05/00, c/c o art. 17 do Decreto nº 36.236/15), que retifique o art. 4º, item K, da Instrução Normativa nº 01, de 27, de outubro de 2011, para esclarecer que a base de cálculo para conversão da licença prêmio em pecúnia deve observar o teto remuneratório, consoante decisão de mérito prolatada pelo STF em Agravo Regimental na Suspensão de Segurança 4.727 SÃO PAULO, trânsito em julgado de 26/05/2014; IX – em relação aos servidores da SEF/DF Antonia Iraide Alves Bizerra, Antonio Lacerda Azevedo, Carlos Resende Pinto, Roberto Magno de Matos, Aldenora Ferreira da Costa, Maria Betania Mota Pinto, Nazare Torres de Almeida Pinto e Nizeth Barreira Lustosa, autorizar o acompanhamento do Processo nº 2009.01.1.082.735-9, que versa sobre parcela de URP de fevereiro de 89, em futura auditoria; X – autorizar: a) a SEFIPE a verificar, em roteiro de futura auditoria na SEF/DF, o desfecho da matéria tratada no item II da Decisão nº 3459/13; b) a remessa de cópia da instrução aos órgãos jurisdicionados para subsidiar a adoção das providências indicadas; c) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal, para os devidos fins.” (Grifos acrescidos).

8. Tendo em vista essa deliberação, o Corpo Técnico, mediante a instrução de fls. 905/908, inicialmente, noticiou que servidores da SEF/DF alcançados pelas determinações contidas nos itens VI e VII ora transcritos, mostrando irrisignação, interpueram os recursos constantes às fls. 553/564, 571/582, 588/595, 601/608 e, ainda, os apelos de fls. 628/640, 643/655, 661/674, 680/692, 695/707, 714/726, 732/744, 750/762, 763/772, 773/780, 781/793, 796/808, 815/827, 833/839, 846/852, 857/862, 865/869, todos conhecidos pelo c. **Tribunal**, os quatro primeiros por intermédio da r. Decisão nº 5.459/2015 (fl. 622) e, os demais, por força do r. **Decisum** nº 5.938/2015 (fl. 881), nos seguintes termos:

Decisão nº 5.459/2015

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – nos termos do art. 47 da Lei Complementar n.º 1/1994, c/c os arts. 188, inciso II, ‘a’, e 189 do Regimento Interno do TCDF e com o art. 1º da Resolução-TCDF n.º 183/2007, conhecer, como pedidos de reexame, os recursos interpostos pelo Sr. Edmar Andrade de Almeida e pelas Sras. Tomoko Kato, Maria Inez Coppola Romancini e Maria Edwiges Pereira Garcia contra os itens VI e VII da Decisão n.º 3.520/2015, conferindo-lhes efeito suspensivo; II – conforme estabelece o § 2º do art. 4º da Resolução-TCDF n.º 183/2007, dar conhecimento do teor desta decisão aos recorrentes



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

e à Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, com o alerta de que ainda pende de análise o mérito do referido recurso; III – esclarecer à Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal que os efeitos da decisão ora atacada estão suspensos apenas com relação aos recorrentes; IV – autorizar: 1) que a análise de mérito dos pedidos de reexame e de outros similares que porventura venham a ser interpostos e admitidos se dê em autos apartados, para que tenham a relatoria de um mesmo relator (a ser designado na forma do § 1º do art. 189 do Regimento Interno do TCDF); 2) o retorno dos autos à Sefipe, para a análise do mérito dos recursos em apreço.” (Grifos acrescidos).

Decisão nº 5.938/2015

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – conhecer dos Pedidos de Reexame interpostos por Josemira de Mauro Santos, Hilda Sanches de Sena, Clovis Emilio Costa Nogueira, Maguinalve Viera Mascarenhas, Antonio Carlos Dias Ameida, Custodio Joanes de Oliveira, Rosimeire Barbosa Tavares, Sila Neyder Pontes de Medeiros, Regina Mendonça Ribeiro, Eduardo Alves de Almeida Neto, José Emetério Nunes Neves, José Arnaldo Leite, Waldir Gonçalves da Silva, Jamira Lima Barbosa Brandão, Vasty Falcão Nava dos Santos, Danilo Alves e Maurin Almeida Falcão, contra os itens VI e VII da Decisão n.º 3.520/2015, conferindo-lhes efeito suspensivo em relação aos ora recorrentes, nos termos do art. 47 da Lei Complementar n.º 01/1994, c/c os arts. 188, inciso II, ‘a’, e 189 do Regimento Interno do TCDF e o art. 1º da Resolução-TCDF n.º 183/2007; II – dar conhecimento do teor desta decisão à Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal e aos recorrentes, conforme estabelece o § 2º do art. 4º da Resolução-TCDF n.º 183/2007, com o alerta de que ainda pende de análise o mérito dos referidos recursos; III – autorizar o retorno dos autos à Sefipe/TCDF, para a análise do mérito dos recursos em apreço, na forma autorizada pelo item IV.1 da Decisão n.º 5.459/2015.” (Grifos acrescidos).

9. Nesse viés, acrescentou que as peças recursais em questão são objeto de análise em autos apartados, o Processo nº 1.433/2016-e.

10. Ademais, a vista do Ofício nº 749/2015-GAB/SEF às fls. 482/483, acompanhado dos documentos de fls. 484/552, a Unidade Técnica informou que a r. Decisão nº 3.520/2015 supratranscrita foi parcialmente cumprida.

11. Para tanto, registrou que a SEF/DF adotou providências em relação aos itens II.b e VI dessa deliberação, quais sejam: a inscrição na rubrica de exercícios anteriores dos valores devidos ao servidor Roldão Alves dos Reis e a aplicação do teto remuneratório nos cálculos para a conversão de licença prêmio em pecúnia a partir de setembro de 2015.

12. Lado outro, tendo em vista os comandos dos itens VII e VIII do r. **Decisum** nº 3.520/2015, consignou que seguem pendentes de adoção de medidas complementares por parte das jurisdicionadas. Nesse contexto, destacou:



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

“8. Relativamente ao item VII, esclarece que ‘estão sendo ultimadas as providências necessárias visando à restituição aos cofres públicos dos valores percebidos a maior’, tendo enviado correspondência aos servidores em observância ao devido processo legal.

9. É cediço que, dos 28 servidores notificados pela SEF (fls. 488/489), 7 não apresentaram recurso ao Tribunal, sendo certo que o efeito suspensivo de que tratam as Decisões 5459/15 e 5938/15 a estes não alcança.

10. Ainda assim, quanto aos que não recorreram, parece não ter havido continuidade das providências ressarcitórias, constatada que foi, nas fichas financeiras de dezembro/2015 e janeiro/2016, a ausência de qualquer recolhimento.

11. Restando pendente a adoção de medidas complementares por parte da Administração no que tange aos valores a serem ressarcidos, cabe fixar novo prazo para o alcance de tal desiderato, observado, no que se refere aos recorrentes, o que vier a ser decidido no Processo 1433/2016-e.

12. Relativamente ao item VIII, não consta dos autos manifestação da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, embora regularmente oficiada (fls. 480), o que requer a reiteração da medida. ” (Fl. 907 – Grifos acrescidos).

13. Desse modo, o Órgão Instrutivo sugeriu ao c. **Plenário** que:

“I) tome conhecimento da instrução, tendo por parcialmente cumprida a Decisão 3520/2015;

II) determine à Secretaria de Estado de Fazenda que informe as medidas complementares adotadas em atendimento ao disposto no item VII da Decisão 3520/2015, observado, quanto aos servidores que apresentaram recurso ao Tribunal contra referida deliberação, o que vier a ser decidido no Processo 1433/2016-e;

III) reitere à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão o disposto no item VIII da Decisão 3520/2015, a seguir transcrito, fixando-lhe prazo de 60 (sessenta) dias para atendimento:

VIII – determinar [...] que, na função de órgão gestor do GDF (art. 15 do Decreto nº 21.170, de 05/05/00, c/c o art. 17 do Decreto nº 36.236/15), retifique o art. 4º, item K, da Instrução Normativa nº 01, de 27 de outubro de 2011, para esclarecer que a base de cálculo para conversão da licença prêmio em pecúnia deve observar o teto remuneratório, consoante decisão de mérito prolatada pelo STF em Agravo Regimental na Suspensão de Segurança 4.727 SÃO PAULO, trânsito em julgado de 26/05/2014;

IV) autorize o retorno dos autos à SEFIPE, para as providências subsequentes. ” (Fls. 907/908).

14. Em cumprimento ao r. Despacho Singular nº 116/2016-GCIM (fl. 909), os autos foram encaminhados a este Órgão Ministerial de Contas para a devida manifestação.

15. Após este relato, passo à análise do feito, destacando que o **MPC/DF** possui entendimento **convergente** com o trazido pela Unidade Técnica.

16. Como dito alhures neste Parecer, o c. **TCDF**, tendo em vista os apontamentos lançados no Relatório de Auditoria nº 8/2014 (fls. 93/126) e no Parecer nº 77/2015-ML



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

(fls.130/141), prolatou a r. Decisão nº 554/2015 (fl. 163). O Relatório de Auditoria e o Parecer Ministerial foram encaminhados às jurisdicionadas.

17. Na sequência, após manifestação dos órgãos, o c. **Plenário** prolatou a r. Decisão nº 3.520/2015 (fls. 478/479), acompanhando o entendimento do Corpo Instrutivo, acrescido de adendo do **Parquet**.

18. Dessarte, mediante o detalhamento das **situações ainda não regularizadas** constantes da recente instrução elaborada pela Divisão de Fiscalização de Pessoal, incontestemente que restaram **pendentes de atendimento** alguns apontamentos feitos pela Unidade Técnica na Auditoria de Regularidade que realizou.

19. Nesse sentido, esta Quarta Procuradoria, **novamente em harmonia com o Corpo Instrutivo**, coaduna com o ora sugerido, para que sejam adotadas as providências indicadas nos itens II e III das sugestões de fls. 907/908, acima transcritos.

20. Dessa forma, entendo que a SEF/DF deva ultimar as providências necessárias atinentes à recomposição do Erário distrital dos valores recebidos a maior, em razão da não observância do teto remuneratório nos cálculos de conversão da licença prêmio em pecúnia, pelos servidores alcançados pelo item VII da r. Decisão nº 3.520/2015, aqueles que, cientes da auditoria de regularidade em exame e convocados à restituição dos valores recebidos a maior, não interpuseram recurso contra essa deliberação¹.

21. Não é demais lembrar que se impõe o ressarcimento aos cofres públicos dos valores indevidamente pagos por **erro da Administração**, em que pese a boa-fé do beneficiário e que este não tenha contribuído para a ocorrência do equívoco. Esse o entendimento desta **Casa** (r. Decisão nº 3.478/2014, **Plenário**, Rel. Cons. **Paulo Tadeu**, DODF de 7/8/2014) e do e. **Supremo Tribunal Federal** (MS 25.641/DF, **Tribunal Pleno**, Rel. Min. **Eros Grau**, DJe de 22/2/2008).

22. Ainda nessa seara, desta feita no tocante aos servidores recorrentes da deliberação contida no item VII do r. **Decisum** nº 3.520/2015, cujos apelos são objeto de análise no Processo nº 1.433/2016-e, também é entendimento deste **Parquet** especializado de que a SEF/DF deva observar o que vier a ser decidido naqueles autos.

23. Ademais, pugno para que o c. **Tribunal** reitere à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal – SEPLAG, a determinação contida no item VIII do r. **Decisum** nº 3.520/2015, para que, na condição de órgão gestor de pessoas do Governo do Distrito Federal, retifique o art. 4º, item K, da Instrução Normativa nº 1, de 27/10/2011, a fim de que esclarecer que a base de cálculo para conversão da licença prêmio em

¹ João Alves de Oliveira, Carta nº 76/2015 (fls. 497/498); Adelcio Pereira Caldas, Carta nº 84/2015 (fls. 513/514); Antônio do Prado Bezerra Brandão, Carta nº 87/2015 (fls. 519/520); Genilda Fontenelle Rodrigues, Carta nº 93/2015 (fls. 531/532); Suzi Corrêa Marques Cosmo, Carta nº 102/2015 (fls. 547/548); Paulo Luiz Figueiredo de Oliveira, Carta nº 103/2015 (fls. 549/550) e Jesse Gomes de Souza, Carta nº 104/2015 (fls. 551/552).



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

pecúnia deve observar o teto remuneratório, a teor do entendimento já assentado no c. **STF**, conforme mencionado no Parecer nº 589/2015-ML (fls. 455/466).

24. Ante o exposto, este **MPC/DF opina pelo acolhimento das sugestões emanadas da Divisão de Fiscalização de Pessoal**, com as considerações acima delineadas.

É o Parecer.

Brasília, 5 de abril de 2016.

Marcos Felipe Pinheiro Lima
Procurador